
O NÃO ALINHAMENTO 1980

O NÃO ALINHAMENTO 1980 *

O ano de 1980 começou repleto de incertezas. O final da década de 70 foi agitado devido a tensões agudas que se alargaram em graves distúrbios em muitas zonas do Mundo, afectando, ainda, muitos campos da actividade humana. As incertezas do ano de 1980 já causaram preocupações, deteriorando, de uma maneira geral, as relações internacionais, e dificilmente existirá, mesmo que pequena e insignificante, uma área no Mundo que tenha escapado às perturbações políticas, militares ou económicas.

O movimento dos países não alinhados é uma assembleia de um grande número de países espalhados por todo o Mundo, diferindo uns dos outros de muitas formas, e seria surpreendente se não tivessem sido afectados pelos acontecimentos ocorridos em 1980. O sinal mais visível da existência de problemas nas fileiras dos não alinhados foi a falta de acordo na política a seguir em relação à invasão vietnamita do Camboja e, mais tarde, também em relação à intervenção soviética no Afeganistão acompanhada por uma mudança violenta do Governo de Kabul.

O problema do Camboja foi debatido a alto nível dos não alinhados em Havana, no Outono de 1979, mas foi então adiado e remetido para um comité para ulterior apreciação e uma possível decisão na conferência ministerial de todos os membros do movimento em Deli, em 1981. Do resultado da votação obtido na Assembleia Geral das Nações Unidas, semanas depois, pôde concluir-se que apenas uma pequena minoria dos não alinhados apoia a acção vietnamita. Uma vez que a questão posta à votação na Assembleia foi idêntica à debatida em Havana — o direito de representação do Camboja em reuniões internacionais — este resultado serve como uma indicação clara da divisão dos pontos de vista dos não alinhados.

O tema do Afeganistão foi tratado em diversas reuniões pelos representantes permanentes dos não alinhados nas Nações Unidas, em Nova Iorque. Aqui, uma vez mais, não houve acordo e a divisão de opiniões foi idêntica

* Conferência proferida no IDN pelo professor jugoslavo Leo Matés no IDN em 22 de Outubro de 1980.

à causada pela invasão do Cambojá. A votação das Nações Unidas pode também servir como medida para a divisão dos não alinhados.

Ambas as questões ficaram ainda por resolver e a divisão mantém-se como na Assembleia Geral em 1980, tendo havido apenas a mudança de alguns votos. A alteração de atitude mais significativa foi o reconhecimento pela Índia do regime de Heng Samrin, instalado pelo Vietname em Pnom Penh.

Conforme referido, este foi o sinal mais visível das preocupações dos não alinhados mas não foi necessariamente o ponto mais importante da controvérsia que dividiu os participantes da conferência de alto nível de Havana. O problema começou na reunião ministerial plenária de 1978, em Belgrado, onde houve uma pequena mas forte oposição para a realização da próxima conferência em Cuba, devido às actividades deste país em África e à sua íntima ligação com a política soviética. No final foi decidido que não haveria, posteriormente, mais oposição à realização da conferência em Havana.

Para se compreenderem as consequências da reunião de Belgrado há que recordar que a escolha de Havana como local da conferência de 1979 foi decidida, ou pelo menos prometida, em 1973, na conferência da Argélia. Nessa altura, Colombo e Havana forma propostos como locais possíveis para a conferência de 1976, mas a decisão foi que a próxima conferência se realizasse em Colombo, reservando-se Havana para 1979. Escusado será dizer que em 1973 Cuba agiu como um membro leal do movimento dos não alinhados e não houve, na altura, qualquer oposição em que a conferência ali se realizasse. A escolha de Colombo pode ter correspondido a uma obrigação a que pelo menos uma conferência se realizasse na Ásia, continente com papel tão importante na história dos não alinhados. De facto, todas as conferências anteriores se realizaram em África, com excepção da primeira que teve lugar na Jugoslávia.

A disputa sobre o local de encontro foi, contudo, um problema menor em comparação com a oposição provocada pelo projecto da declaração preparada para Havana. De acordo com os precedentes e com a tradição o país anfitrião deveria preparar um projecto para servir como base de discussão nos comités da conferência, sendo, depois, o texto final aprovado pelo plenário no fim da conferência. A oposição ao projecto foi tão forte que este teve de ser retirado após uma deliberação preliminar numa reunião dos representantes permanentes dos não alinhados nas Nações Unidas.

O Governo de Havana preparou, então, um segundo projecto que apenas foi divulgado poucas semanas antes da conferência. Este documento ainda continha as posições básicas de Cuba, embora de uma forma menos áspera. Fundamentalmente tratava-se de uma tentativa para dirigir o movimento dos não alinhados para uma «afinidade especial» com a União Soviética e era, também, uma tentativa para substituir as negociações relativas a uma nova ordem económica pela «confrontação com os poderes imperialistas ocidentais». Estes dois pontos não esgotavam a posição específica de Cuba mas podem servir como exemplo da linha de conduta que Cuba tentou impor aos não alinhados.

Como seria de esperar, este segundo projecto encontrou também uma forte oposição da maioria dos países participantes. Foi apresentado um grande número de artigos adicionais que foram eventualmente submetidos à discussão na conferência, tanto no Comité Ministerial como nos dois grupos de trabalho. O resultado foi uma quase completa revogação das posições inaceitáveis de Cuba e do pequeno grupo de delegações partidárias do país anfitrião. Deste modo, o texto adoptado no fim da conferência de Havana seguiu a linha tradicional das conferências cimeiras anteriores. Aparentemente a controvérsia estava resolvida, conforme o teor das declarações feitas pela maioria dos líderes dos países não alinhados. Em vez de persistir na sua linha militante, Cuba juntou-se às fileiras de outros países não alinhados, apelando para a continuação do diálogo Norte-Sul. Todavia, seria ingénuo acreditar que a posição extremista de Fidel Castro, expressa no primeiro discurso da cimeira de Havana, pudesse ser sinceramente alterada pela sua atitude conciliatória na declaração final da conferência.

Resta explicar esta mudança na posição fundamental de Fidel Castro. Mas primeiro devemos tomar em consideração a adesão constante e consequente do movimento ao princípio da decisão por consenso que tinha sido introduzido como procedimento obrigatório e permanente na primeira conferência que teve lugar em Belgrado em 1961. Foi, então, acordado que o princípio do consenso deveria ser utilizado em todas as ocasiões. As divergências foram superadas pelo esforço da maioria em modificar as suas posições de modo a possibilitar que a minoria as aceitasse, mesmo que contrariada. Mas, pelo contrário, as minorias sempre se mostraram difíceis e renitentes em aceitar soluções de compromisso.

Muito surpreendentemente, este método de superar as divergências funcionou também em Havana, tendo em conta a disputa sobre o essencial

da acta final da conferência. Por outro lado, o mesmo, ou quase o mesmo, grupo de países minoritários não acomodou na conferência as suas posições em relação ao conflito do Camboja, nem tão-pouco sobre o Afeganistão semanas mais tarde em Nova Iorque. Esta diferença de comportamento é um importante — senão mesmo decisivo — indício para a interpretação do estado real das relações no seio do movimento dos não alinhados depois da conferência de Havana, isto é, em 1980.

Aparentemente a minoria estava ciente do facto de que a permanente controvérsia sobre casos como os da situação no Camboja e no Afeganistão poderia ser tolerada no movimento, mas que não seria aceitável a diferença fundamental na conduta das relações internacionais e, em particular, no que concerne a uma nova ordem económica. Esta opinião pode ser facilmente fundamentada na experiência do passado. Houve sempre frequentes desacordos e mesmo confrontos militares entre países não alinhados vizinhos mas, na maior parte dos casos, estes conflitos transitórios não foram sequer discutidos nas conferências seguintes a essas confrontações. Também houve uma vez uma confrontação de pontos de vista no movimento sobre a representação do Camboja durante o regime de Lon Nol em Pnom Penh. No entanto, este caso não levantou no movimento problemas sérios.

Esta atitude tolerante face a problemas políticos correntes e, em particular, no que respeita ao aparecimento de conflitos agudos entre Estados pertencentes ao movimento, reflecte a natureza real do movimento dos não alinhados. Este não é nem foi criado como uma aliança ou bloco de Estados para prosequir uma linha política conjuntamente acordada para solução de problemas correntes e para a definição de posições comuns. Para quem tenha seguido com cuidado as actividades dos não alinhados é completamente óbvio que o vínculo que une este numeroso conjunto de países tão heterogéneos não é o acordo em assuntos correntes, mas antes a sua determinação em trabalhar colectivamente para o melhoramento da sua secular posição na comunidade das nações.

Apesar de estes países serem diferentes uns dos outros em tantos aspectos têm um interesse comum. Todos se sentem desprivilegiados devido ao atraso no desenvolvimento económico e, consequentemente, afectados no poder material para proteger os seus interesses nacionais. A despeito das importantes diferenças no grau de atraso do seu desenvolvimento, têm ainda em comum o facto de serem prejudicados na competição com os países desen-

volvidos e industrializados. Este denominador comum fez com que todo o grupo dos não alinhados se constituísse, de certa maneira, em porta-voz do resto dos países subdesenvolvidos, os quais, mais cedo ou mais tarde, se juntarão ao movimento em número crescente.

Pode tentar-se a comparação entre o movimento e a solidariedade e a acção conjunta dos trabalhadores de um sindicato, mesmo se entre estes existirem divergências em ideias políticas, religiosas, culturais, etc. Em consequência, foi considerado essencial haver um consenso geral sobre linha de conduta para, num dado período de tempo, se alcançarem os objectivos principais mas, de igual modo, foi considerado aceitável haver diferenças de posição em assuntos políticos específicos e correntes.

Esta foi, igualmente, a base na qual se fundamentou a admissão de países com tendências claramente definidas para apoio de uma ou outra superpotência. Este facto poderá ser minimizado se estas tendências especiais não tiverem repercussão nos principais propósitos e objectivos do movimento.

Esta reflexão conduz a um outro aspecto importante da presente crise no interior do movimento, isto é, ao problema da sua inadequada expansão. Contudo, Cuba, actualmente centro da acção minoritária, foi um dos participantes na conferência inaugural de Belgrado, em 1961. Até há dois anos a presença de Cuba não causou problemas, em particular aqueles que se poderiam relacionar com a controvérsia surgida na cimeira da Havana. Parece, pois, justo dizer-se que o que provocou a discussão e a crise não foi a presença de certos países mas apenas a modificação das suas condutas como países participantes do movimento.

Assim, para explicar as mudanças de comportamento deve-se, mais uma vez, examinar a posição dos principais membros do movimento à luz de uma tomada de posição colectiva com a finalidade de melhorar a situação, não só do lote dos países há mais tempo participantes mas, também, do resto dos países subdesenvolvidos. Até agora, apesar de todos os esforços dos países não alinhados, ainda não se verificou a melhoria da posição económica dos países subdesenvolvidos e, pelo contrário, a situação tem-se deteriorado e as conversações sobre uma nova ordem económica não conseguem progredir com sucesso.

Os países desenvolvidos nunca quiseram na verdade participar de uma forma realmente significativa nos esforços para apoio dos países mais pobres.

A crise económica provocada pela subida dos preços do petróleo, combinada com os sinais de depressão mais ou menos grave na área dos países desenvolvidos, congregou todos os esforços destes países no sentido de uma acção global, tornando, deste modo, quase impossível o progresso dos países subdesenvolvidos. Ao mesmo tempo, a maioria dos países do Terceiro Mundo suportou pesadamente o duplo encargo do aumento dos preços do petróleo e dos produtos industriais. Dependendo principalmente das importações de petróleo e de equipamento, apenas lhes restava a solução de se afundarem em dívidas, cada vez mais profundamente.

Voltemos agora aos acontecimentos da conferência de Havana. Vimos que Fidel Castro e os países partidários da linha cubana começaram a atacar as tácticas de negociação do movimento, advogando uma confrontação aberta com o Ocidente e caindo na linha de conduta da União Soviética. Não obstante, por fim aceitaram a linha clássica defendida pela maioria dos participantes. À luz da situação já descrita respeitante ao desenvolvimento económico, poder-se-á compreender melhor este comportamento irregular. Postos numa situação difícil alguns dos países não alinhados, em particular aqueles já mais relacionados com a União Soviética, tentaram obter deste país o máximo de assistência possível, prontificando-se a pagar o devido preço político. Contudo, aqueles países não se encontravam em condições de proceder a um rompimento definitivo sem deixar uma porta aberta para lhes permitir a renovação dos contactos e das negociações. Aperceberam-se que poderiam precisar do movimento quando começaram a duvidar se a União Soviética estaria disposta e mesmo se seria capaz de, em qualquer altura, lhes prestar a assistência adequada.

Por outro lado, naquela altura a União Soviética estava muito mais interessada em obter apoios para a acção do Vietname no Camboja e para a sua própria intervenção no Afeganistão. A insistência nestes dois pontos não comprometeu a estabilidade do movimento nem a participação da minoria da oposição. Mas a afirmação da maioria dos países não alinhados de que a unidade do movimento tinha sido restabelecida no final da conferência de Havana foi, certamente, exagerada. As divergências resolvidas em Havana deverão, mais cedo ou mais tarde, surgir outra vez.

Até agora considerámos apenas os acontecimentos internos do movimento, mas existem factores externos que devem no futuro ser tidos seriamente em conta. Em primeiro lugar, não há muita esperança de que os pro-

blemas económicos do mundo desenvolvido e industrializado possam ter uma solução a breve prazo. Ao mesmo tempo, as tensões entre o Leste e o Oeste vão provavelmente continuar, afectando o comportamento de ambos os blocos. O Ocidente estará particularmente interessado em encontrar um acordo com o Leste, temendo ulteriores perturbações na área dos países exportadores de petróleo do Médio Oriente e do Sudoeste Asiático. A guerra entre o Iraque e o Irão é um bom aviso nesta matéria. A abertura de hostilidades centrada na questão de Israel poderá ter ainda mais sérias repercussões e criar ainda maior risco de envolvimento das grandes potências.

Nas circunstâncias actuais somente uma atmosfera de tolerância entre o Leste e o Oeste — já que uma acção coordenada parece mais difícil — pode restabelecer a paz e evitar a eclosão de conflitos maiores. Esta atitude do Ocidente, em particular da Europa Ocidental e do Japão, é paralela a um desejo semelhante da União Soviética. Enfrentando sérias perturbações na Europa de Leste, salientadas pelos acontecimentos na Polónia, e sujeita a graves problemas económicos internos, a União Soviética está também aparentemente ansiosa por evitar novos atritos nas já agitadas relações com o Ocidente industrializado.

A concentração da atenção nas relações mútuas entre Leste e Ocidente deixa aberta a via para posteriores penetrações activas na área do Terceiro Mundo que, como é completamente óbvio, não tomarão a forma de incursões militares, ou, pelo menos, haverá uma relutância crescente em fazê-lo, embora a União Soviética goze de forte influência em certos países tornados dependentes da ajuda financeira bem como do fornecimento de armas e munições.

Ao mesmo tempo, as condições criadas no mundo da política não são de molde a conduzir a uma mudança enérgica de atitude por parte do Ocidente a favor de uma maior contribuição para o melhoramento do lote dos países menos desenvolvidos. Por esta razão, os esforços dos não alinhados para reavivar o diálogo Norte-Sul terão, no futuro próximo, poucas esperanças de sucesso. Depois da conferência de Havana, e na declaração então adoptada, foi salientado que o restabelecimento do diálogo seria a tarefa mais urgente e o assunto foi levantado na sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas que precedeu a sessão regular de Agosto de 1980. Contudo, este esforço apenas produziu resultados muito poucos animadores e o debate foi salvo de um final desastroso apenas pela decisão de o problema ser retomado na sessão regular. Aí, a questão de uma nova ordem econó-

mica foi absorvida pela massa dos outros problemas, como foi correctamente sublinhado por alguns dos países não alinhados. A abertura das hostilidades entre o Iraque e o Irão poderá apenas ter contribuído para colocar o problema fora das preocupações imediatas da Assembleia Geral.

Em face de tudo isto, a conferência ministerial em Deli de todos os países não alinhados será obrigada a considerar um balanço muito desanimador das actividades do período que decorrer depois da conferência de Havana.

Este insucesso relativo do esforço para o restabelecimento do diálogo Norte-Sul deve ter provocado efeitos desgastantes no moral de alguns países participantes, podendo, em consequência, surgir um novo ensejo para atacar as táticas de negociação, não restando dúvidas que tal oportunidade seria utilizada convenientemente.

O resultado prático de toda esta evolução conduz à conclusão de que a unanimidade temporária conseguida no final da conferência de Havana não é estável nem duradoura. Se não já em Deli, mas, pelo menos, na próxima conferência em Bagdade, os resultados e as controvérsias da cimeira de Havana devem vir outra vez ao de cima e tornarem-se o centro das atenções.

Isto não significa que uma ruptura entre os países não alinhados ou mesmo o desaparecimento do movimento devam ser esperados nos próximos anos. De facto, é muito natural que numa possível segunda fase das discussões, provavelmente em Deli ou em Bagdade, a unidade possa novamente ser restabelecida. Esta previsão é baseada na simples constatação de que não há, de facto, alternativa para as negociações, atenta a linha de conduta seguida até agora pelos não alinhados. Como tática no campo político a confrontação é admissível, apesar de ser muito problemático que o Terceiro Mundo possa beneficiar da sua utilização. Simplesmente, não há senso algum em pressionar a confrontação com o Norte no esforço de obter uma melhoria da posição económica dos países subdesenvolvidos.

Além disso, a continuada falta de sucesso criaria uma situação de apatia e resignação, acompanhadas por uma tendência para tentar obter qualquer possível ajuda através de aproximações individuais com alguns ou com todos os países industrializados. É também óbvio, e bem compreendido nas fileiras dos países subdesenvolvidos, que a capacidade da União Soviética e do Bloco Soviético para prestar assistência é limitada, e o desejo de a prestar ainda

mais. Consequentemente, não há garantia que um número substancial de países subdesenvolvidos encare essa solução na tentativa de minimizar os seus problemas. Também não há dúvida alguma de que os «leaders» de Moscovo compreenderam isto e, aparentemente não esperam ser possível obrigar a maioria dos não alinhados a colocar-se a seu lado. A oposição em Havana foi, provavelmente, mais orientada para o aumento da frustração e da discórdia no seio do movimento dos não alinhados do que inspirada pela esperança de que a maioria se virasse para o lado soviético na luta Leste-Oeste.

Podemos, pois, concluir que mesmo o principal ponto de discórdia da cimeira de Havana não irá, num futuro próximo, causar danos irreparáveis à unidade dos não alinhados. Poder-se-á mesmo afirmar que, qualquer que seja o prejuízo que se possa vir a dar, será muito mais causado pela possível falta de progresso no diálogo Norte-Sul do que pela dissidência maciça, instigada pelo exterior, particularmente pelo Leste. Nada é mais perigoso para enfraquecer o movimento dos países não alinhados do que um ulterior agravamento da posição económica dos países participantes, sem qualquer visível ou esperada melhoria através de uma acção colectiva. Por outro lado, a prolongada intervenção estrangeira no Camboja e no Afeganistão, bem como outras sublevações de carácter político dispersas no Terceiro Mundo, são acontecimentos que não podem ser considerados como males menores e não podem ser comparados com ocorrências semelhantes do passado. Dantes, um ou outro país não alinhado podia procurar resolver pelo recurso às armas um conflito com o país vizinho, também participante no movimento dos não alinhados. Esses conflitos tinham, geralmente, pouca duração e não havia elementos extra que ameaçassem a estabilidade do movimento.

O caso do Camboja e, ainda mais, o do Afeganistão causaram muito maior alarme e é geralmente suposto que se trata de algo muito mais importante do que um simples conflito local ou da intervenção de uma grande potência no contexto de um conflito regional, como foi o caso da intervenção dos Estados Unidos no Camboja durante a guerra com o Vietname. Ambos os campos do movimento, tanto aqueles países que se opuseram à intervenção como os alinhados com o Bloco Soviético, viram nestes acontecimentos mais propriamente mudanças de um significado fundamental do que acções ocidentais relacionadas com a evolução normal da área.

Para ilustrar melhor esta diferença pode-se recorrer à comparação entre a reacção dos não alinhados à intervenção da Tanzânia no Uganda

que provocou a queda e o exílio de Idi Amin, e a reacção dos mesmos países em relação aos acontecimentos do Camboja e Afeganistão.

A comparação é frisante pela diferença de reacções, apesar de, por exemplo, nem o regime de Idi Amin nem o de Pol Pot serem considerados como modelo desejável pelos países pertencentes à maioria dos não alinhados. Por outras palavras, a tensão e a violência provocados pelos acontecimentos no Camboja e no Afeganistão são, pos si só, uma forte causa de preocupação para os não alinhados. Mas, segundo parece, também não é o desacordo no que respeita ao reconhecimento de regimes impostos ou depositos que prejudicará seriamente o movimento, apenas podendo acarretar uma diminuição de credibilidade na eficiência dos não alinhados para agir colectivamente e proteger com sucesso a independência dos países membros do movimento.

Esta diminuição de credibilidade é também influenciada pelo comportamento dos países exportadores de petróleo, particularmente daqueles situados na área do Mediterrâneo e do Médio Oriente. Até agora os não alinhados têm resistido com firmeza à tentação de censurarem os países exportadores de petróleo pelos aumentos de preço e, acima de tudo, tiveram a preocupação de manterem os laços entre o resto do movimento e os novos países ricos produtores de petróleo. Esta preocupação nasceu da esperança de que, desde modo, os países exportadores de petróleo teriam mais consideração pela situação dos países importadores subdesenvolvidos.

Seria esperar demasiado que pela combinação dos seus esforços os países pobres subdesenvolvidos e os países exportadores de petróleo também subdesenvolvidos pudessem, conjuntamente, exercer pressão forte para fazer avançar o diálogo Norte-Sul. Apesar de tudo, os países exportadores de petróleo, apenas com algumas excepções, estavam interessados na transferência do «know-how» e também noutros aspectos dos postulados sobre a nova ordem económica propostos pelos países subdesenvolvidos. Este entendimento mútuo deu alguns resultados e a solidariedade ainda se mantém apesar da tensão estar a aumentar. Os países importadores do petróleo estão a sofrer sob dupla carga dos aumentos nos preços de petróleo e dos produtos manufacturados necessários para o seu próprio desenvolvimento. Esta crescente desvantagem dos países importadores de petróleo tende a torná-los menos tolerantes em relação aos aumentos do preço do petróleo em bruto («crude»).

Como se pode ver, existem algumas causas sérias de preocupação e, também, algumas ameaças à unidade e à actividade eficaz dos países não alinhados. À luz destas considerações o futuro do movimento poderá ser olhado com pouco optimismo. De facto, muitos observadores externos já exprimiram dúvidas acerca da capacidade dos países não alinhados superarem as suas dificuldades e, por conseguinte, vencerem a tensão que afecta a coesão do movimento.

Claro que não é possível fazer previsões exactas e ninguém pode dizer o que vai acontecer nos próximos meses e, ainda menos, nos próximos anos. A experiência ensina-nos que o sucesso dos esforços e dos empreendimentos colectivos não depende somente das circunstâncias e da evolução de ordem interna mas, também, das alterações imprevisíveis e frequentemente inesperadas que se passam na vasta arena dos problemas mundiais e das relações internacionais. No entanto, podem-se sempre deduzir ensinamentos partindo de experiências anteriores semelhantes.

Já nos primeiros anos os não alinhados atravessaram uma grave crise na década de 60, pouco depois da conferência de Belgrado em 1961, em que o movimento foi criado. A conferência seguinte, em 1964, no Cairo, prometia uma serena e frutuosa continuação das actividades. A atmosfera tensa e sinistra de 1961 deu lugar em 1963 a uma diminuição de tensões das relações internacionais. O número de participantes aumentou de 25 para 47 membros permanentes e o número de observadores de 3 para 10. Apesar disso, a reunião seguinte foi convocada só seis anos depois e não com um intervalo de três anos, como tinha acontecido com todas as outras cimeiras.

A crise apenas foi superada parcialmente quando da conferência em Lusaka realizada em 1970. O número de participantes aumentou então para 54 e o número de observadores manteve-se (10), mas este aumento ficou a dever-se quase exclusivamente à admissão de países com acesso recente à independência. Mas o nível de representação foi muito baixo e somente cerca de um terço das delegações eram chefiadas por chefes de Estado ou de Governo, o que prova a existência de um considerável grau de desencantamento e apatia nas fileiras dos não alinhados. Esta situação foi principalmente devida ao descrédito da eficácia da posição então existente de procurar obter assistência no mundo desenvolvido e, também, à aparente má vontade do Norte para prestar ajuda ao Sul.

Outra razão para a falta de entusiasmo foi o sucesso completo do movimento anticolonial que, propagando-se a todos os continentes, deixou apenas muito poucos territórios sob o estatuto colonial. Com o desanuviamento («détente»), também iniciado com a mudança da década, tornou-se menos necessário para os não alinhados voltar a reunirem-se para discussão destes dois assuntos que foram relevantes nos anos de preparação e de lançamento do movimento. Todas estas considerações induziram à expectativa largamente difundida de que o fim do movimento dos não alinhados estava próximo.

Assim, a Cimeira de Lusaka, regressando à necessidade de entreajuda e cooperação entre os países subdesenvolvidos e abrindo o caminho que, em última instância, conduziu à formulação de uma aproximação global para o desenvolvimento, reavivou as esperanças e fez surgir novas perspectivas. A conferência seguinte, a de Argélia em 1973, foi uma indicação clara desse reavivamento. Participaram 75 membros permanentes, 9 observadores e 3 nações convidadas. Foi então elaborado o projecto conhecido como Nova Ordem Económica. O nível de representação aumentou outra vez sensivelmente e a maior parte das delegações foram chefiadas pelos «leaders» nacionais.

Considerando a actual quebra no sucesso dos não alinhados, compreende-se que as esperanças daqueles países tivessem sido frustradas pelas circunstâncias extraordinárias e pelos levantamentos graves ocorridos um pouco em todo o Mundo.

É também importante reconhecer a existência de um optimismo exagerado provocado pelo rápido êxito da ideia do estabelecimento de uma nova ordem económica, a qual foi aceite, em princípio, pela Assembleia Geral numa sessão especial em 1974. Simultaneamente, a actividade crescente das grandes potências, tendo em vista obter maior influência no Terceiro Mundo nos anos em que foram menores as tensões bilaterais, também contribuiu para uma perda de entusiasmo de alguns países em relação ao movimento, verificada, em particular, em países de grandes afinidades com a União Soviética. Mas somente se a tendência verificada nos últimos anos da década de 70 se mantiver durante um período longo de tempo se poderá esperar uma diminuição de coesão entre os não alinhados. Isto é, porém, duvidoso.

O desanuviamento tem sido comprometido até ao máximo admissível e pode-se já observar em ambas as partes, tanto nos Estados Unidos como na União Soviética, o desejo de reduzir as tensões e salvar a «détente». A melhoria das relações Leste-Oeste poderia, assim, contribuir para reduzir facilmente a pressão sobre os não alinhados pelo menos no muito que está relacionado com as questões políticas correntes.

Por outro lado, a maior incidência nas questões económicas não elimina o permanente e mesmo crescente interesse dos países não alinhados nos problemas centrados na independência nacional e na manutenção da paz.

Em particular, a situação na África Meridional tem atraído de uma maneira contínua e, pode-se dizer, progressiva, a atenção dos não alinhados, embora, aparentemente, esta atenção fosse prematura numa altura em que o colonialismo e a guerra fria pareciam ter chegado ao seu termo. É provável que nenhum destes dois males possa reviver, embora esteja fora de dúvida que estão ainda longe de ser assegurados tanto as boas relações entre o Leste e o Oeste, como o direito de todas as nações e raças viverem em paz, dignidade e igualdade.

As trágicas experiências dos povos do Camboja, do Afeganistão e também do Chile e a colonização da Namíbia pela África do Sul, onde ainda vigora em pleno a opressão racial oficialmente condenada, não permitiram que os não alinhados negligenciassem os seus esforços colectivos na cena internacional. A interrupção do diálogo Norte-Sul pode, por conseguinte, não conduzir a uma ruptura completa das actividades dos não alinhados, pois existe já estímulo suficiente para uma cooperação permanente e para a manutenção e desenvolvimento dos esforços no sentido da protecção de interesses nacionais por intermédio de acções conjuntas na vasta estrutura do movimento dos não alinhados.

Além disso, as organizações continentais africanas garantem determinada coesão nas acções de cooperação. A este respeito talvez seja elucidativo citar a Organização de Unidade Africana que é, por decisão formal, um membro colectivo do movimento.

A cooperação formal em outros continentes não está tão claramente expressa, mas o poder de coesão do movimento dos não alinhados é, ainda assim, forte em todas as partes do Mundo.

No contexto global os não alinhados estão a desenvolver actividades conjuntas e a organizar grupos de coordenação num grande número de áreas

específicas como, por exemplo, no desenvolvimento da cooperação no campo da informação, em especial através do estreitamento dos laços entre as suas agências de notícias organizadas num «pool».

Em resumo, o movimento tem apadrinhado e apoiado uma actividade colectiva muito diversificada e a paralisação dos esforços relacionados com a criação da Nova Ordem Económica é compensada por um grande número de acções de natureza mais rotineira, que, mesmo assim, contribuem no seu conjunto para o desenvolvimento da cooperação e para superar algumas dificuldades, em especial pela via da ajuda mútua e da solidariedade, desenvolvidas com base nas suas próprias possibilidades colectivas.

Pelo aumento do número de participantes no movimento dos não alinhados também constituem um elemento importante no processo da tomada de decisões das Nações Unidas e das agências especializadas ligadas à organização mundial. Neste campo, as reuniões regulares dos representantes permanentes dos não alinhados em Nova Iorque assumem significado e importância particulares.

Naturalmente que todas estas actividades não alteraram o perfil básico do movimento que não se transformou, e não é provável que se transforme, em qualquer coisa como seja um bloco ou uma aliança. O traço que os une, mesmo nestas actividades mais rotineiras, é ainda o interesse secular e a incidência em problemas fundamentais e de longo prazo.

Por outras palavras, os não alinhados reuniram-se em Belgrado e iniciaram um esforço colectivo desejando reformar o mundo. A princípio foram vagos na formulação das suas aspirações a longo prazo e excessivamente humildes no pedido de assistência económica dos países desenvolvidos. Com o tempo adoptaram um ponto de vista mais claro e definido e trabalharam para a reforma das relações económicas internacionais tendo como objectivo o melhoramento da posição económica de todos os países, tanto os subdesenvolvidos como os desenvolvidos. Nesta iniciativa foram prejudicados pela deterioração geral das relações internacionais e pelos conflitos económicos consequentes da rápida subida do preço do petróleo bruto nos mercados mundiais.

A evolução desfavorável do mundo deteve o impulso iniciado na Argélia em 1973 e teve como resultado a criação de um certo mal-estar e de confusão entre as fileiras dos não alinhados.

Deu-se a divisão estimulada por factores externos e o entusiasmo inicial diminuiu consideravelmente. Neste período pôde desempenhar um papel

importante o interesse posto num dado número de questões situadas fora da estrutura da reforma económica. Todavia, deve repetir-se que, para além do reavivamento do diálogo Norte-Sul, nada existe que possa reanimar a coesão e o dinamismo dos países não alinhados.

Por fim, permitam-me salientar a diferença entre a finalidade do movimento e suas formas de organização e o papel e a posição dos países não alinhados como uma categoria de estados da comunidade internacional. O movimento, na sua forma actual, pode sofrer desaires e até sucumbir na frustração e na apatia, o que significaria que, pelo menos temporariamente, o impacto dos países não alinhados poderia ser neutralizado ou mesmo anulado. Ainda assim, mesmo este resultado — tão drástico e altamente improvável — das presentes dificuldades não anulará a necessidade de cooperação entre os países não alinhados. É simplesmente impensável que esses países possam renunciar à sua autonomia e venham a tornar-se satélites de qualquer potência, bloco ou aliança de países desenvolvidos. Pelo menos o orgulho nacional e o inflexível esforço para garantir a independência nas tomadas de decisão política sobreviverá a qualquer colapso das formas de organização do movimento. A decisão de serem não alinhados, no sentido literal da palavra, é também baseada no reconhecimento de que esses países não podem, por causa do seu baixo nível de desenvolvimento, tornar-se parceiros equitativos dos países desenvolvidos, mesmo que estivessem dispostos a juntarem-se a um dos blocos.

O movimento dos países não alinhados não apareceu como resultado da especulação intelectual ou de uma iniciativa inspirada deste ou daquele estadista, como aconteceu com a antecedente organização do movimento.

O mundo no qual os impérios coloniais se desagregaram sob a pressão dos povos de áreas onde os europeus puderam governar sem grandes problemas durante anos e anos não é um mundo em que nações há pouco libertadas aceitem um papel secundário nas suas relações com outras nações. Em consequência, não há outra solução a não ser a existência de uma estrutura organizativa em que essas nações possam desempenhar o seu papel específico e exprimir as suas aspirações no mundo. Portanto, parece correcto falar-se de uma crise séria nas fileiras dos não alinhados e da redução do dinamismo do movimento e é também admissível pensar-se que a situação, que se deteriorou particularmente no final da década de setenta, possa vir ainda a piorar no futuro próximo, e é mesmo possível que alguns partici-

pantes possam afastar-se do movimento e juntarem-se a uma superpotência. Mas é inverosímil, porque se apresentaria até contrário ao espírito da época, esperar o desaparecimento dos não alinhados como uma categoria individualizada de Estados. Se assim é, o movimento deverá forçosamente conduzir ao estabelecimento de qualquer tipo de cooperação institucionalizada entre os seus estados membros.

Em 1980 os não alinhados foram submetidos a provas difíceis. Estão a lutar desesperadamente para reavivar o que lhes parece mais importante: o diálogo Norte-Sul. É possível que tenham sucesso ou que, ao contrário, falhem temporariamente (o que poderá ter consequências mais ou menos dramáticas para o movimento), mas o certo é que não se pode fazer desaparecer deste mundo os países não alinhados como uma categoria à parte de Estados que se esforçaram sem cessar para trabalhar em conjunto, lutando pelo seu bem-estar e, na verdade, pela sua sobrevivência como sociedades ameaçadas pelo colapso económico e como nações em risco de perder a sua autonomia e identidade.

De certo modo, o efeito dos esforços feitos até agora, em particular durante este ano crucial de 1980, e os seus resultados previsíveis no futuro próximo, podem ser de grande importância para o movimento dos não alinhados e serão também de grande relevância para todo o Mundo.

Uma crise do movimento dos não alinhados, mesmo que não fizesse desaparecer da comunidade das nações a parte não alinhada, provocaria um atraso considerável na acção internacional necessária para superar as perigosas crises económicas e políticas do começo dos anos oitenta, isto é, da década que se iniciou como um período crucial e dramaticamente significativo na história contemporânea.

Leo Matés

Professor